

BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da BIU Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas. Cidade de Deus, 30 de maio de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	31.12.2011	31.12.2010		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	41.735	73.552	CIRCULANTE	7.093
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	34.694	67.324	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12c)	6.992
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	3.951	3.159	Dividendos a Pagar (Nota 7c)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 11a)	3.090	3.069	Outras Obrigações	101
NÃO CIRCULANTE	271.635	254.802	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	306.277
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	423	Capital Social:	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	-	423	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	73.999
INVESTIMENTOS (Nota 6)	271.635	254.379	Reservas de Lucros (Nota 7b)	230.779
TOTAL	313.370	328.354	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	1.499
			TOTAL	313.370

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	Lucros Acumulados	Totais
	2011	2010			Legal	Estatutária	A Realizar			
RECEITAS OPERACIONAIS	110.836	85.271	Saldos em 31.12.2009	40.491	8.098	-	189.210	-	-	237.799
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 8)	8.823	5.586	Reversão de Dividendos	-	-	-	10.013	-	-	10.013
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6a)	101.995	79.685	Provisionados	-	-	-	(33.508)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	18	-	Transferência de Reservas	-	-	33.508	(33.508)	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	1.498	2.492	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	74.564	74.564
Despesas Tributárias (Nota 9)	1.334	1.979	Destinações: - Reservas	-	-	-	55.923	-	(55.923)	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	164	513	- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	109.338	82.779	- Propostos	-	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(7.374)	(8.215)	(R\$ 20,20 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(18.641)	(18.641)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	101.964	74.564	Saldos em 31.12.2010	40.491	8.098	33.508	221.638	-	-	303.735
Número de ações	922.865	922.865	Integralização de Capital Social	33.508	-	(33.508)	-	-	-	-
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	110,49	80,80	Pagamentos de Dividendos	-	-	-	(100.921)	-	-	(100.921)
			Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	101.964	101.964
			Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	-	1.499	-	1.499
			Destinações: - Reservas	-	5.098	-	-	-	5.098	-
			- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
			- Propostos	-	-	-	-	-	-	-
			(R\$ 105 por lote de mil ações)	-	-	-	96.866	-	(96.866)	-
			Saldos em 31.12.2011	73.999	13.196	-	217.583	1.499	-	306.277

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro		%	%
	2011	2010		2011	2010		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	109.338	82.779	1 - RECEITAS	-	-	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(101.956)	(79.692)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
Resultado de Equivalência Patrimonial	101.995	79.685	Serviços de Terceiros	(139)	(0,1)	(99)	(0,1)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	39	(7)	Outros	(1)	-	(391)	(0,5)
Lucro Líquido Ajustado	7.382	3.087	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
Aumento/(Redução) em Outros Créditos	1.797	(1.361)	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(3.251)	670	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	110.836	100,1	85.271	100,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.050)	(999)	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.995	92,1	79.685	94,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.878	1.397	Receitas Financeiras	8.823	8,0	5.586	6,6
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	84.055	67.773	Outras Receitas	18	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	84.055	67.773	6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	110.696	100,0	84.781	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	110.696	100,0	84.781	100,0
Dividendos Pagos	(119.563)	(65.808)	Impostos, Taxas e Contribuições	8.732	7,9	10.217	12,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(119.563)	(65.808)	Federais	8.732	7,9	10.217	12,0
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.630)	3.362	Remuneração de Capitais Próprios	101.964	92,1	74.564	88,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	67.324	63.962	Dividendos	96.866	87,5	18.641	22,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	34.694	67.324	Lucros Retidos	5.098	4,6	55.923	66,0
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.630)	3.362					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BIU Participações S.A. é uma empresa que tem por objetivo específico a participação acionária na Serasa S.A. não podendo participar, como sócia ou acionista, de quaisquer outras sociedades. A BIU Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de maio de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4. A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberaram pela adoção dessa faculdade. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos do patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

I - Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa (UGC) ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

</

BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis em circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	2	14
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	34.692	67.310
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	34.694	67.324

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou Companhia a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 34.692 (2010 - R\$ 67.310).

6) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 101.995 (2010 - R\$ 79.685).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro								
	Capital		Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
	Social	Ajustado	Líquido	Líquido (em milha- res) - ON	Investimentos	2011	2010	2011	2010
Serasa S.A. (1) (2) (3).....	145.000	1.112.984	418.110	909	24.394,3	271.635	254.379	101.995	79.685
Total.....						271.635	254.379	101.995	79.685

(1) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data.

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

(3) Investimento inclui o deságio de R\$ 1.369.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	922.865	922.865
Total.....	922.865	922.865

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da

BIU Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BIU Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de lucro.....	230.779	263.244
Reserva legal (1).....	13.196	8.098
Reserva de Lucros a Realizar (2).....	217.583	221.638
Reserva estatutária (3).....	-	33.508

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Constituída conforme art. 197 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos provisionados serão pagos à medida que houver a realização do resultado de equivalência patrimonial; e

(3) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos em cada exercício social, que correspondam o percentual mínimo previsto. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%(1)
Lucro Líquido do Exercício.....	101.964		74.564	
Reserva Legal.....	(5.098)		-	
Base de Cálculo.....	96.866		74.564	
Dividendos Propostos.....	96.866		-	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-		18.641	
Total dos Dividendos.....	96.866	95,0	18.641	25,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	8.861	5.578
Juros.....	4	41
Variação Monetária.....	(42)	(33)
Total.....	8.823	5.586

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
PIS.....	238	353
Cofins.....	1.096	1.626
Total.....	1.334	1.979

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros.....	12	15
Editais e Publicações.....	127	84
Contribuição Sindical Patronal.....	25	23
Doações.....	-	180
Multas Dedutíveis.....	-	186
Outras Despesas Administrativas.....	-	25
Total.....	164	513

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim apresentadas:

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	2	-	14	-
Dividendos a Pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.....	-	-	(6.309)	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	-	-	(7.766)	-
Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	-	-	(4.566)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber:				
Serasa S.A.	3.090	14.417	3.069	14.197

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	109.338	82.779
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(37.175)	(28.145)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	34.678	27.093
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(34)	(271)
Juros Sobre Capital Próprio.....	(4.902)	(4.827)
Outros.....	59	(2.065)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(7.374)	(8.215)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 3.951 (2010 - R\$ 3.582) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre de juros capital próprio.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 6.992 (2010 - R\$ 5.876), referem-se ao PIS no montante de R\$ 60 (2010 - R\$ 60), Cofins no montante de R\$ 276 (2010 - R\$ 274), Imposto de Renda no montante de R\$ 5.415 (2010 - R\$ 4.360) e Contribuição Social no montante de R\$ 1.241 (2010 - R\$ 1.182).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente;

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes; e

c) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC 1SP178435/O-6

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BIU Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de março de 2011, que não contém qualquer modificação.

Osasco, 30 de maio de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 214007/O-2

BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da BIU Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, 30 de maio de 2012.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	41.735	73.552	7.093	24.619
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	34.694	67.324	6.992	5.876
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	3.951	3.159	-	18.641
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 11a)	3.090	3.069	101	102
NÃO CIRCULANTE	271.635	254.802	306.277	303.735
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	423	-	40.491
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	-	423	-	230.779
INVESTIMENTOS (Nota 6)	271.635	254.379	1.499	263.244
TOTAL	313.370	328.354	313.370	328.354

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

RECEITAS OPERACIONAIS	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 8)	110.836	85.271
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6a)	101.995	79.685
Outras Receitas Operacionais	18	-
DESPESAS OPERACIONAIS	1.498	2.492
Despesas Tributárias (Nota 9)	1.334	1.979
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	164	513
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	109.338	82.779
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(7.374)	(8.215)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	101.964	74.564

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	109.338	82.779
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(101.956)	(79.692)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(101.995)	(79.685)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	39	(7)
Lucro Líquido Ajustado	7.382	3.087
Aumento/(Redução) em Outros Créditos	1.797	(1.361)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(3.251)	670
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.050)	(999)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.878	1.397
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	84.055	67.773
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	84.055	67.773
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(119.563)	(65.808)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(119.563)	(65.808)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.630)	3.362
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	67.324	63.962
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	34.694	67.324
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.630)	3.362

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Eventos	Reservas de Lucros				Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária	A Realizar			
Saldos em 31.12.2009	40.491	8.098	-	189.210	-	-	237.799
Reversão de Dividendos Provisoriamente Retidos	-	-	-	10.013	-	-	10.013
Transferência de Reservas	-	-	33.508	(33.508)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	74.564	74.564
Destinações - Reservas	-	-	-	55.923	-	(55.923)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 20,20 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(18.641)	(18.641)
Saldos em 31.12.2010	40.491	8.098	33.508	221.638	-	-	303.735
Integralização de Capital Social	33.508	-	(33.508)	-	-	-	-
Pagamentos de Dividendos	-	-	-	(100.921)	-	-	(100.921)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	101.964	101.964
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	-	1.499	-	1.499
Destinações - Reservas	-	5.098	-	-	-	5.098	-
- Dividendos Propostos (R\$ 105 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(96.866)	(96.866)
Saldos em 31.12.2011	73.999	13.196	-	217.583	1.499	-	306.277

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
Serviços de Terceiros	(139)	(0,1)	(99)	(0,1)
Outros	(1)	-	(391)	(0,5)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	-	-	-	-
PELA ENTIDADE	(140)	(0,1)	(490)	(0,6)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	110.836	100,1	85.271	100,6
Resultado de Equivalência Patrimonial	101.995	92,1	79.685	94,0
Receitas Financeiras	8.823	8,0	5.586	6,6
Outras Receitas	18	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	110.696	100,0	84.781	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	110.696	100,0	84.781	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	8.732	7,9	10.217	12,0
Federais	8.732	7,9	10.217	12,0
Remuneração de Capitais Próprios	101.964	92,1	74.564	88,0
Dividendos	96.866	87,5	18.641	22,0
Lucros Retidos	5.098	4,6	55.923	66,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BIU Participações S.A. é uma empresa que tem por objetivo específico a participação acionária na Serasa S.A. não podendo participar, como sócia ou acionista, de quaisquer outras sociedades. A BIU Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de maio de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa faculdade. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de reversão são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidas de ativos financeiros para negociação". Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio inferior a 50%.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

1- Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa (UGC) ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os

BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	922.865	922.865
Total	922.865	922.865

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de lucro	230.779	263.244
Reserva legal (1).....	13.196	8.098
Reserva de Lucros a Realizar (2).....	217.583	221.638
Reserva estatutária (3).....	-	33.508

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Constituída conforme art. 197 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos provisionados serão pagos à medida que houver a realização do resultado de equivalência patrimonial; e

(3) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos em cada exercício social, que correspondam o percentual mínimo previsto. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	2010	%	(1)
	2011	2010				
Lucro Líquido do Exercício	101.864	74.564				
Reserva Legal.....	(5.098)	-				
Base de Cálculo	96.866	74.564				
Dividendos Propostos.....	96.866	-				
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	18.641				
Total dos Dividendos	96.866	18.641	95,0			25,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	8.861	5.578
Juros.....	4	41
Variação Monetária.....	(42)	(33)
Total	8.823	5.586

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
PIS.....	238	353
Cofins.....	1.096	1.626
Total	1.334	1.979

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros.....	12	15
Editais e Publicações.....	127	84
Contribuição Sindical Patronal.....	25	23
Doações.....	-	180
Multas Dedutíveis.....	-	186
Outras Despesas Administrativas.....	-	25
Total	164	513

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim apresentadas:

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	2	-	14	-
Dividendos a Pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.....	-	-	(6.309)	-
Banco Itaú Unibanco S.A.....	-	-	(7.766)	-
Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	-	-	(4.566)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber:				
Serasa S.A.....	3.090	14.417	3.069	14.197

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	109.338	82.779
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(37.175)	(28.145)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	34.678	27.093
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(34)	(271)
Juros Sobre Capital Próprio.....	(4.902)	(4.827)
Outros.....	59	(2.065)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(7.374)	(8.215)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 3.951 (2010 - R\$ 3.582) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre de juros capital próprio.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 6.992 (2010 - R\$ 5.876), referem-se ao PIS no montante de R\$ 60 (2010 - R\$ 60), Cofins no montante de R\$ 276 (2010 - R\$ 274), Imposto de Renda no montante de R\$ 5.415 (2010 - R\$ 4.360) e Contribuição Social no montante de R\$ 1.241 (2010 - R\$ 1.182).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente;

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes; e

c) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da

BIU Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BIU Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BIU Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Osasco, 30 de maio de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214007/O-2